

APROPRIAÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA, EM RECIFE/PE

APROPIACIÓN DE NIÑOS CON DISCAPACIDAD EN EL PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA, EN RECIFE/PE

THE APPROPRIATION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN SANTANA ARIANO SUASSUNA PARK, IN RECIFE/PE

OLIVEIRA, RAUL PIMENTEL DE

Mestre em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). e-mail: raul.pimentel@ufpe.br

SILVA, JOELMIR MARQUES DA

Doutor em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). Professor da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: joelmir.marques@ufpe.br

MARTINS, DAYSE LUCKWÜ

Doutora em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). Professora da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: dayse.luckwu@ufpe.br

RESUMO

O brincar é essencial na vida das crianças, por oferecer situações imaginárias e, nesse processo, a exploração do mundo a sua volta. Neste contexto, os parques públicos desempenham um papel significativo no desenvolvimento físico e psicosocial das crianças, por serem locais de encontros, lazer ativo e sociabilidade. Desta forma, objetivou-se com este estudo verificar a prática da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na Cidade do Recife, capital de Pernambuco. A pesquisa seguiu uma abordagem multimétodos, realizada através de procedimentos metodológicos como *walkthrough*, mapeamento comportamental e entrevistas semiestruturadas, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco. Os resultados obtidos indicaram que a apropriação do Parque Santana por crianças com deficiência é impactada por múltiplos fatores, incluindo barreiras físico-espaciais, limitações sensoriais e aspectos sociais. A observação direta revelou desafios que comprometem o brincar e a interação dessas crianças, como a necessidade de manutenção dos equipamentos e a ausência de sinalizações e adaptações que favoreçam a mobilidade e a segurança. Além disso, a infraestrutura inadequada restringe a exploração do espaço. Os dados também evidenciaram que, mesmo não enfrentando problemas de acessibilidade, os responsáveis relataram dificuldades relacionadas à segurança e socialização, evidenciando que a experiência urbana infantil também é fortemente condicionada pelas suas percepções, que acabam restringindo a autonomia das crianças. Assim, os resultados evidenciaram a necessidade de intervenções que promovam maior acessibilidade, adaptabilidade e inclusão, garantindo um ambiente equitativo e estimulante que transmita segurança aos responsáveis, assegurando a participação social das crianças com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: parques públicos; criança com deficiência; sociabilidade; inclusão.

RESUMEN

La actividad recreativa es esencial en la vida de los niños una vez que ofrece situaciones imaginarias y en este proceso la exploración del mundo que los rodea. En este contexto, los parques públicos desempeñan un papel significativo en el desarrollo físico y psicosocial de los niños, ya que son lugares de encuentro, ocio activo y sociabilidad. De esta manera, se tiene como objetivo de este estudio verificar la práctica de la inclusión social de niños con discapacidad y para ello se propuso un estudio de caso en el Parque Santana Ariano Suassuna, ubicado en la Ciudad de Recife, capital de Pernambuco. La investigación siguió un enfoque de métodos múltiples, realizada a través de procedimientos metodológicos como *walkthrough*, mapeo conductual y entrevistas semiestructuradas y obtuvo aprobación del Comité de Ética de la Universidad Federal de Pernambuco. Los resultados obtenidos permitieron identificar que la apropiaión del Parque Santana por parte de los niños con discapacidad está impactada por múltiples factores, incluyendo barreras físico-espaciales, limitaciones sensoriales y aspectos sociales. La observación directa reveló desafíos que comprometen la actividad recreativa y la interacción de estos niños, como la necesidad de mantenimiento de los equipamientos y la ausencia de señalizaciones y adaptaciones que favorezcan la movilidad y la seguridad. Además, la infraestructura inadecuada restringe la exploración del espacio. Los datos también evidenciaron que, incluso sin enfrentar problemas de accesibilidad, los responsables reportaron dificultades relacionadas con la seguridad y la socialización, evidenciando que la experiencia urbana infantil también está fuertemente condicionada por sus percepciones, que terminan restringiendo la autonomía de los niños. Así, los resultados evidenciaron la necesidad de intervenciones que promuevan una mayor accesibilidad, adaptabilidad e inclusión, garantizando un entorno equitativo y estimulante que transmita seguridad a los responsables, asegurando la participación social de los niños con discapacidad.

PALABRAS-CLAVES: parques públicos; niños con discapacidad; sociabilidad; inclusión.



REVISTA

PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente
v.11, n.1, janeiro de 2026

ABSTRACT

Play is essential in children's lives, as it provides imaginary situations and, in this process, the exploration of the world around them. In this context, public parks play a significant role in the physical and psychosocial development of children, as they are places of gathering, active leisure, and sociability. Thus, the objective of this study was to examine the practice of social inclusion of children with disabilities in the Santana Ariano Suassuna Park, located in the city of Recife, capital of Pernambuco. The research followed a multimethod approach, carried out through methodological procedures such as walkthroughs, behavioral mapping, and semi-structured interviews, approved by the Ethics Committee of the Federal University of Pernambuco. The results indicated that the appropriation of Santana Park by children with disabilities is impacted by multiple factors, including physical-spatial barriers, sensory limitations, and social aspects. Direct observation revealed challenges that compromise play and interaction for these children, such as the need for equipment maintenance and the absence of signage and adaptations that support mobility and safety. Furthermore, inadequate infrastructure restricts spatial exploration. The data also showed that, even when not facing accessibility issues, caregivers reported difficulties related to safety and socialization, highlighting that the urban experience of children is also strongly conditioned by their caregivers' perceptions, which end up restricting the children's autonomy. Thus, the results highlighted the need for interventions that promote greater accessibility, adaptability, and inclusion, ensuring an equitable and stimulating environment that conveys safety to caregivers and guarantees the social participation of children with disabilities.

KEYWORDS: public parks; children with disabilities; sociability; inclusion.

Recebido em: 03/05/2025
Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

A infância, fase inicial da vida humana, desempenha um papel crucial no desenvolvimento completo do indivíduo, na qual habilidades essenciais, como a motora e a cognitiva, são adquiridas. Estudos científicos confirmam o rápido desenvolvimento cerebral nesses primeiros anos, sendo altamente sensível aos cuidados e estímulos ambientais (Chagas, 2014). Um dos primeiros estudos sobre a temática, publicado por Mayumi Souza Lima em 1989, intitulado "A Criança e a Cidade", já abordava que as crianças que experimentam um desenvolvimento saudável nessa fase têm maior capacidade de se adaptar a diferentes ambientes, adquirir conhecimentos e alcançar sucesso escolar, pessoal, profissional e econômico, tornando-se cidadãos responsáveis (Lima, 1989).

Neste sentido, o brincar é uma experiência fundamental na infância, reconhecida internacionalmente através da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1959) em 1959, e na posterior Convenção Sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas em 1989 (ONU, 1989). No Brasil, passou a ser reconhecido pela Constituição Federal de 1988, reafirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), através da Lei nº 8.069/1990 e, posteriormente, num maior direcionamento para as crianças com deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Brasil, 2015), mediante a Lei nº 13.146/2015, que enfatiza o brincar como uma prioridade, indicando que cada criança tem o direito de participar de brincadeiras e recreação apropriadas para sua idade. No entanto, embora o brincar ao ar livre ofereça oportunidades de apoio à saúde, ao desenvolvimento e ao bem-estar, ambientes excludentes limitam as oportunidades das crianças com deficiências de participarem desses espaços.

Além disso, existe uma tendência natural da criança com deficiência de permanecerem próximas de seus pais na maior parte do tempo, o que pode resultar em uma aversão ao contato com outras crianças e na dificuldade de relacionarem-se. Parques e outras áreas de recreação desempenham um papel crucial na superação desse desafio, fornecendo um ambiente onde as crianças com deficiência podem conhecer e interagir com novas pessoas, promovendo a sociabilidade (Soltani *et al.* 2018), tornando-se assim, fisicamente mais ativas.

Assim sendo, é fundamental favorecer a interação das crianças nos espaços públicos de forma a possibilitar uma experiência inclusiva. Esses ambientes são considerados elementos intrínsecos à cidade, cujo direito é fundamental para a vida coletiva, visto que a diversidade do espaço permite a expressão da vida urbana (Jacobs, 2003). Enquanto palco essencial para interações sociais e o desenvolvimento infantil, os espaços públicos desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Os parques públicos configuram-se como locais de encontro, brincadeiras e socialização infantil, devendo acolher, em igualdade de condições, todas as crianças. Entretanto, a ausência, ou a presença significativamente reduzida de crianças com deficiência, evidencia lacunas importantes na oferta da acessibilidade e na promoção de ambientes acolhedores. Essa situação indica que esses espaços não foram projetados nessa perspectiva, nem posteriormente adaptados de forma adequada e inclusiva.

A carência de infraestrutura adequada, equipamentos adaptados, sinalização precária ou inexistente, entre outras medidas de acessibilidade, contribuem para a limitação e até exclusão da presença das crianças com deficiência. Tal condição perpetua estereótipos e reforça a ideia de que esses espaços não são para elas,

afetando, assim, sua sociabilidade. Isso impacta negativamente a autoestima e o sentimento de pertencimento dessas crianças, que muitas vezes se sentem excluídas e não valorizadas.

Embora pesquisas e estudos demonstrem consistentemente uma correlação positiva entre a disponibilidade de parques públicos e o desenvolvimento físico e mental de crianças, tanto com deficiência quanto sem, é importante destacar que o simples acesso a um parque público não é suficiente para que elas superem as barreiras emocionais e a exclusão social. Para que essas crianças desfrutem plenamente dos benefícios de desenvolvimento proporcionados pelos parques, é essencial que suas instalações sejam acessíveis e inclusivas. Neste contexto, é imperativo aprofundar a investigação de como os parques públicos da cidade acolhem ou não as crianças com deficiência, levando em consideração tanto os aspectos físicos, abrangendo a infraestrutura e a acessibilidade, quanto os aspectos sociais, referentes à interação com seus pares e à construção de suas identidades.

Desse modo, vê-se a importância da apropriação dos espaços livres públicos por crianças com deficiência como um tema de relevância incontestável, diante das crescentes demandas por inclusão e acessibilidade nas áreas urbanas. Na Cidade do Recife, essa questão adquire uma dimensão ainda mais premente, uma vez que a adequação dos parques públicos a essa parcela da população constitui um reflexo direto dos princípios e práticas inclusivas abraçadas pela sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, esta pesquisa objetivou verificar a prática da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na cidade do Recife/PE. Seus objetivos específicos estão pautados em: (i) examinar as dinâmicas e infraestrutura do parque; (ii) analisar o uso, a apropriação e as características das crianças com deficiência que frequentam o parque; (iii) e discutir a percepção dos responsáveis das crianças com deficiência em relação ao ambiente e de que maneira eles influenciam as vivências e experiências das práticas urbanas infantis.

Este trabalho chega em uma boa hora, já que o Parque Santana Ariano Suassuna passou a ser administrado pela iniciativa privada, a partir de março de 2025, por meio de concessão estruturada pela empresa Viva Parques. Inserido em um consórcio de Parceria Público-Privada (PPP), o parque deverá ser requalificado com investimentos que visam aprimorar sua infraestrutura e ampliar suas funcionalidades, mantendo, no entanto, o acesso gratuito à população, conforme estabelece a Lei Municipal nº 18.824/2021 (Prefeitura Municipal do Recife, 2021). Nesse cenário, os dados e reflexões aqui apresentados podem oferecer subsídios importantes para futuras decisões projetuais, contribuindo para que as intervenções contemplam critérios de acessibilidade e inclusão, sobretudo no que diz respeito à vivência de crianças com deficiência, fortalecendo o compromisso com uma cidade mais sensível à diversidade dos seus usuários.

2 A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO NO BRINCAR

No contexto brasileiro, conforme definido pelo ECA (Brasil, 1990), a categoria da criança, ou infante, abrange indivíduos cuja faixa etária se estende desde o primeiro dia de vida até o término do décimo segundo ano. No entanto, de maneira geral, a capacidade de expressão verbal da criança é adquirida a partir dos dois anos de idade. Suas necessidades e demandas são, na melhor das hipóteses, submetidas a um processo de "filtragem" por parte de adultos responsáveis, como pais, cuidadores, professores, profissionais da saúde, entre outros. De acordo com Dias e Ferreira (2015), de fato, essa manifestação de múltiplas vozes constitui um discurso indireto, no qual é frequentemente desafiador determinar em que medida reflete, genuinamente, a perspectiva do sujeito original – a criança –, em contraposição à influência do adulto que a captura e a reproduz no contexto sociocultural, muitas vezes permeado por motivações de natureza própria.

No processo histórico de construção da infância, foi determinante o desenvolvimento de uma consciência de alteridade das crianças em relação aos adultos e, consequentemente, da infância, com base em sua concepção moderna, promovendo a separação do mundo das crianças do mundo dos adultos (Victor *et al.*, 2012). Contudo, para Sarmento (2005, p. 368), paralelamente a essa evolução e com fortes vinculações a esse processo de institucionalização, "desenvolveu-se um trabalho de construção simbólica da infância, [...] enraizado em condições históricas complexas que promoveu, progressivamente, um conjunto de exclusões das crianças do espaço-tempo da vida em sociedade". Tal construção foi sustentada em uma ideia de negatividade da infância, manifestada tanto na terminologia quanto na linguística e jurisprudência relacionadas à criança e a infância, moldadas a partir de elementos de exclusão em detrimento da ênfase nas características que as distinguem ou em seus efetivos direitos de participação.

Porém, essa negatividade da infância é ainda mais acentuada na criança com deficiência, cuja percepção "é dominada pela representação da deficiência, mais do que pela representação da criança como criança, com

suas particularidades eventuais" (Plaisance, 2005, p. 405). Por isso, ainda conhecemos pouco do seu universo.

Trazendo para números estatísticos no contexto brasileiro, de acordo com os dados divulgados em julho de 2023 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2023), que integra o rol de atividades desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população com deficiência no Brasil é composta por 18,6 milhões de pessoas com idade de 2 anos ou mais, correspondendo a 8,9% da população brasileira. A amostragem indicou ainda que do total de PCD, 3,2% são crianças entre 2 e 9 anos de idade, representando cerca de 595 mil crianças no Brasil que possuem algum tipo de deficiência.

Embora os dados divulgados pelo IBGE (2023) forneçam uma perspectiva relevante sobre a população com deficiência no Brasil, é importante ressaltar que esses números representam uma amostragem e, portanto, podem não refletir integralmente a realidade. A subnotificação é uma questão recorrente nesse contexto, que pode ser explicada devido à ausência de diagnósticos precoces, sobretudo em áreas rurais e regiões com acesso limitado a serviços de saúde e educação, resultando em uma identificação tardia ou insuficiente de deficiências (Lima *et al.*, 2025). Ademais, aspectos culturais e o estigma social associado às deficiências podem levar muitas famílias a não reportarem a condição de seus filhos, ou até mesmo a falta de conhecimento e percepção da condição da criança. Além disso, ainda segundo os autores, os instrumentos de coleta dos dados podem carecer de sensibilidade suficiente para identificar deficiências menos evidentes, como aquelas de natureza intelectual ou relacionadas ao transtorno do espectro autista.

Historicamente, a pessoa com deficiência era vista perante a sociedade como um ser incapaz, e a medicina a considerava como pessoa doente, logo, acreditava-se que não tinha condições ideais de viver em sociedade, o que acabava limitando-a a ficar em casa e sem o direito assegurado de seus momentos de lazer (Sassaki, 1997). Nesse sentido, direitos foram sendo adquiridos ao longo da história. No ano de 1990, o direito ao lazer foi conquistado para todas as crianças e adolescentes, experiência fundamental para o desenvolvimento infantil saudável. Com a institucionalização do ECA, em seu Artigo 71 (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), "a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento" (Brasil, 1990). Mas foi com a promulgação da LBI que esses direitos foram garantidos especificamente para as pessoas com deficiência, no seu Artigo 42, onde diz que "a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Brasil, 2015).

Diante de tais direitos adquiridos, é importante destacar que o ato de brincar na infância desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento infantil, abrangendo aspectos que incluem o estímulo à curiosidade, o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, sociais e linguísticas, bem como a ampliação da concentração. De acordo com Vygotsky (2007), a brincadeira infantil envolve a exploração de relações imaginárias e ilusórias, relacionadas a desejos inatingíveis, sem um motivo específico para o brincar, uma vez que, nas crianças, as experiências lúdicas são difundidas em tendências afetivas gerais, transcendendo a singularidade de um objeto ou atividade particular. Esse processo lúdico possibilita à criança a apropriação do mundo circundante, impulsionando a expansão de seu universo interno. Dessa forma, o brincar assume um caráter fundamental na formação de valores e princípios que orientarão a vida da criança, transmitindo normas de convivência social, como respeito, lealdade e consciência da própria dignidade e da dignidade alheia.

Por isso, é essencial compreender as necessidades da criança e identificar os estímulos eficazes para colocá-la em movimento. No brincar, a criança aprende a agir em uma esfera visual externa, influenciada por suas motivações e tendências internas. É por meio da brincadeira que as palavras ganham concretude, pois a criança começa a compreender o significado dos conceitos e objetos. Na situação imaginária da brincadeira, surgem as primeiras manifestações de emancipação da criança em relação às restrições situacionais. Segundo Vygotsky (2007), ao brincar, a criança segue o caminho do menor esforço, fazendo aquilo que gosta, pois o brincar está ligado ao prazer. Ao mesmo tempo, ela aprende a enfrentar desafios, subordinando-se a regras e, consequentemente, renunciando ao que ela quer.

Para crianças com deficiência, o brincar assume uma relevância acrescida, uma vez que promove a inclusão ao facilitar a interação com seus pares sem deficiência. Além disso, o brincar oferece às crianças com deficiência uma plataforma para demonstrar suas capacidades, frequentemente obscurecidas por sua condição (Encarnação e Saridaki, 2019). O ato de brincar também desempenha um papel crucial no fortalecimento da autoestima e autoconfiança, combatendo o fenômeno do desamparo aprendido, fazendo também parte das terapias de reabilitação e, assim, estimulando o desenvolvimento psiconeuromotor (Ackerman, 2018).

Pesquisadores a exemplo de Marilda Bruno (1993), Mara Syaulis *et al.* (2010) e Enicéia Mendes (2013), que estudam o desenvolvimento de crianças com deficiência, apontam para a importância de criar e manter espaços físicos acolhedores, que sejam adequados às necessidades dessas crianças, além de estimulantes e desafiadores. Proporcionar esse ambiente, no entanto, pode se tornar uma tarefa árdua quando se trata de crianças com deficiência, demandando, na maioria das vezes, intervenções especializadas. Essas intervenções incluem a orientação dos familiares, a adaptação de situações e espaços físicos, e a investigação e uso de técnicas atualizadas. Uma proposta de ambientação adequada busca acolher a criança de forma integral, considerando as múltiplas e simultâneas influências que o ambiente pode exercer em seu desenvolvimento (Mendes, 2013).

Ao compreender o brincar como um direito universal e elemento central no desenvolvimento infantil, se reconhece que sua prática está diretamente relacionada à qualidade e às características do ambiente onde ocorre. Para crianças com deficiência, essa relação é ainda mais evidente, uma vez que suas vivências e interações são influenciadas tanto pelas condições físicas e sociais dos espaços quanto pela forma como esses ambientes promovem ou restringem a inclusão. Assim, a reflexão sobre o brincar e suas especificidades conduz, naturalmente, a uma análise mais ampla das dinâmicas de uso e apropriação dos espaços públicos, considerando as múltiplas dimensões que compõem a experiência urbana.

3 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A área que trata das relações ambiente-usuário é conhecida como psicologia ambiental. Nesses estudos, os lugares ganham sentidos reais com sentimentos reais, construídos a partir da experiência diária e sua ligação afetiva aos ambientes, e de maneira recíproca, uma vez que o ambiente é resultado da ação do indivíduo (Gifford, 2007). Trazendo sua aplicabilidade para o universo da arquitetura e urbanismo, Ribeiro (2009) diz que o principal ponto de reflexão sobre a psicologia ambiental surgiu perante a necessidade da criação de ambientes perceptíveis ao homem, valorizando as aspirações humanas em sua linguagem ambiental, assim, dando sentido aos lugares através do apego às memórias vivenciadas no ambiente.

Para Castello (2007), essa vivência do espaço através de memórias experienciadas pode determinar a diferença entre espaço e lugar. Para os habitantes de determinada cidade, um parque público pode assumir a condição de lugar devido a aspectos históricos e culturais. No entanto, para um turista, pode configurar-se apenas como mais um espaço de lazer. Corroborando esse pensamento, Tuan (1979) afirma que o espaço seria como um papel em branco onde se poderia imprimir qualquer coisa ou significado; já o lugar, seria algo mais íntimo, humanizado, capaz de representar significados para quem o vive; seria como a dimensão do mundo vivido e das vivências cotidianas das pessoas, um espaço dotado de valores simbólicos, tanto para indivíduos como para grupos sociais.

Partindo desse pressuposto, tem-se que o espaço livre público permite que a população se aproprie da cidade, construa sua identidade e viva em sociedade. Em cidades com diversos espaços públicos e de qualidade, os cidadãos frequentemente se orgulham de sua identidade local, pois “a animação e a variedade atraem mais animação: a apatia e a monotonia repelem a vida. E esse é um princípio crucial [...] para o desempenho social das cidades.” (Jacobs, 2003, p. 75). Dessa forma, emerge a ideia de que o espaço público é um direito fundamental dos cidadãos em relação à cidade. Tal fato permite a reconstrução dos direitos à associação, à identidade e à polis, e implica o respeito pelo direito do outro a esse mesmo espaço, promovendo não apenas a necessidade de um local de encontro, mas também um ambiente em que a tolerância e a coexistência pacífica sejam fomentadas através da diversidade.

Autores como Kliass (1993), Sá Carneiro e Mesquita (2000), Tate e Eaton (2015) definem que os parques urbanos são espaços públicos que tem como uma das funções primordiais, a recreação. Logo, configuram-se como locais de convivência e interação na sociedade, devendo ser democráticos e oferecer iguais possibilidades de utilização por toda e qualquer pessoa. Neste sentido, podemos afirmar que a acessibilidade é um aspecto fundamental para garantir a inclusão de todas as pessoas nesses espaços. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020), a acessibilidade é entendida como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” por todas as pessoas. A acessibilidade é, através da mobilidade, um processo gerador da liberdade individual. Segundo Bittencourt (2001), este processo é baseado no modo como as pessoas, em condições físicas normais ou sob efeito de limitações variadas, podem vivenciar o ambiente construído de forma plena e completa, possibilitando à sociedade a participação nas atividades e, desta forma, garantindo sua cidadania e sua inclusão.

No contexto infantil, para Stainback e Stainback (1999, p. 178) a inclusão significa “o processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que aprendam juntas. A inclusão objetiva ajudar as pessoas a reconhecer e apreciar os dotes únicos que cada indivíduo traz para uma situação ou comunidade”. O processo de inclusão social é uma luta constante das minorias em prol da efetivação do princípio da equidade, que garante a todos os cidadãos os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, respeitando as diferenças e levando em consideração a diversidade humana e suas especificidades.

E foi com essa premissa que as Nações Unidas, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada no ano de 2016, em Quito, Equador, desenvolveu a Nova Agenda Urbana, um marco global que estabelece um compromisso de desenvolvimento sustentável das cidades. Uma de suas metas prevê que as cidades e aglomerados urbanos:

sejam participativos; promovam o compromisso cívico; criem sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, amigáveis para as famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas, reconhecendo-se as necessidades específicas dos que se encontram em situações vulneráveis (Nações Unidas, 2017, p. 5).

Em consonância com essa perspectiva, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável estabelece, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 11, a meta de "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (Nações Unidas, 2015, p. 18), incluindo como uma meta específica, o compromisso de “até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verde, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (Nações Unidas, 2015, p. 30).

Além do objetivo nº 11, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável tem outros objetivos relacionados a qualidade de vida das crianças com deficiência, como o objetivo nº 10, de “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, onde determina que, até 2030, tem como dever “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência [...]” (Nações Unidas, 2015, p. 30); e o objetivo nº 16, de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, garantindo “a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (Nações Unidas, 2015, p. 30).

Sendo assim, no que tange às pessoas com deficiência, faz-se necessário normas que viabilizem a igualdade de direitos, cabendo a sociedade se reorganizar para oferecer e garantir o acesso da pessoa com deficiência ao convívio social. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou, em 1985, a primeira versão da NBR 9050, que estabelece normas de acessibilidade em edificações e mobiliário urbano. Desde então, a norma foi objeto de revisões em 2004, 2015 e 2020, refletindo a ampliação do debate técnico e social sobre o direito à cidade e à inclusão espacial. Atualmente em sua quarta edição, a NBR 9050 tem sua aplicabilidade reforçada pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, consolidando sua relevância no ordenamento jurídico e urbanístico nacional. Com a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015, o direito à acessibilidade foi ampliado, abrangendo desde espaços físicos até a comunicação e informação, garantindo o uso seguro e autônomo dos espaços urbanos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Presidência da República, 2015, Art. 3º, Inciso I). Contudo, a NBR 9050 ainda carece de recomendações específicas para *playgrounds*, apontando uma lacuna na inclusão de crianças com deficiência nesses espaços.

Assim, para que os parques e outras tipologias de espaços públicos de recreação possam ser realmente inclusivos, é fundamental que o planejamento urbano conte a usabilidade e a acessibilidade a partir dos princípios do desenho universal, promovendo a participação plena de todos os indivíduos. Isso envolve tanto a adaptação física dos espaços quanto a criação de ambientes que incentivem a convivência, o brincar e a interação social de forma equitativa, permitindo que todos possam aproveitar os benefícios dos espaços públicos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

De forma a alcançar o objetivo proposto, o processo metodológico possui caráter qualitativo, já que, segundo Minayo (2001, p. 14), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, motivações,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis". Logo, trata-se de um estudo da relação pessoa-ambiente onde é necessária certa aproximação do pesquisador com os sujeitos, em um contato mais direto.

A escolha dos procedimentos metodológicos utilizados teve como norte os princípios do método da Avaliação Pós-Ocupação, que se caracteriza como "uma série de métodos e técnicas que diagnosticam fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso [...] levando em consideração o ponto de vista dos próprios avaliadores, projetistas e clientes, e também dos usuários" (Romero e Ornstein, 2003). Portanto, fez-se uso de múltiplas abordagens de procedimentos, ou "multimétodos", de acordo com Günther *et al.* (2011), uma vez que a complexidade dos estudos pessoa-ambiente requer uma combinação de procedimentos metodológicos distintos e complementares entre si.

Na primeira fase do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Boccato (2006), busca-se fazer o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.

A busca por referenciais sobre a estrutura física do parque, se realizou por meio da pesquisa documental, que, segundo Fernandes (2017), é considerada o ponto de partida para uma pesquisa de campo, pois consiste na busca de informações necessárias para as atividades que serão realizadas nas próximas fases. Com isso, a pesquisa documental abarcou os documentos obtidos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como mapas e diagnósticos urbanísticos do bairro.

A partir das coletas das informações supracitadas, foram realizadas visitas exploratórias no Parque Santana, com o objetivo de adquirir, pela percepção do pesquisador, informações iniciais sobre a dinâmica do parque, suas atividades e a presença das crianças com deficiência no local, bem como seus usos e fluxos. Segundo Queiróz (1992), a pesquisa exploratória visa compreender a variável de estudo, tal como ela se apresenta para o pesquisador, buscando seus significados e o contexto em que está inserida. Para tal, foram realizadas onze visitas exploratórias entre os meses de dezembro de 2023 a julho de 2024, variando entre dias úteis e fins de semana, alternando no período da manhã, tarde e noite.

A pesquisa então seguiu com a realização de um *walkthrough*, que segundo Rheingantz *et al.* (2009), é uma técnica de análise que permite identificar, descrever e hierarquizar, através de um percurso pelo local, quais usos ou aspectos físico-espaciais do ambiente merece um estudo mais aprofundado, além de permitir identificar suas falhas, problemas e aspectos positivos. O procedimento Passeio *Walkthrough* seguiu a abordagem de Baird *et al.* (1995) que se baseia no uso do ambiente físico como elemento capaz de ajudar o pesquisador na articulação de suas percepções em relação ao ambiente de análise.

Posteriormente, para a observação das crianças com deficiência no ambiente, foram realizados mapas comportamentais centrados no usuário, que se fundamenta em analisar as dinâmicas de apropriação que as crianças com deficiência fazem dos parques. Segundo Sommer e Sommer (2002), o mapeamento comportamental é um método de observação que busca a descrição de um determinado espaço, visando também compreender quais as relações que os sujeitos possuem com o ambiente no qual estão inseridos. Desta forma, o método inclui o pesquisador no ambiente a ser observado. De acordo com Sanoff (1995), a observação das crianças em suas atividades diárias é a forma mais adequada para a compreensão do seu contexto com o ambiente.

A observação foi realizada com quatro crianças com deficiência, entre os meses de agosto e setembro, em dias e horários distintos, durante o período de maior uso do parque já identificado na etapa anterior. As crianças, com idades entre cinco e onze anos, apresentavam diferentes tipos de deficiência (física e cognitiva), e foram selecionadas de forma espontânea, a partir da presença no local, sem recrutamento prévio. Cada criança foi observada individualmente, acompanhando-se o percurso desde a chegada até a saída do parque, registrando trajetórias, tempos de permanência, atividades realizadas, interações e barreiras socioespaciais identificadas. O registro das observações seguiu o modelo proposto por Rheingantz *et al.* (2009), que recomendam a utilização de poucos mapas detalhados, de modo a assegurar maior profundidade na análise das situações observadas. O anonimato dos participantes foi preservado em todas as etapas, conforme orientam os mesmos autores (Rheingantz *et al.*, 2009, p. 36), ao destacarem que "ao estar ciente de que está sendo observada, a pessoa pode inconscientemente alterar sua conduta ou atitude, ainda que se proponha a cooperar com o procedimento". As observações foram realizadas em ambiente público, de forma não intervintiva e sem identificação dos sujeitos, respeitando os princípios éticos de pesquisas em ciências humanas e sociais. Posteriormente, foi realizado contato com os responsáveis, a fim

de apresentar os propósitos da pesquisa e esclarecer os procedimentos adotados, garantindo transparência e conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016.

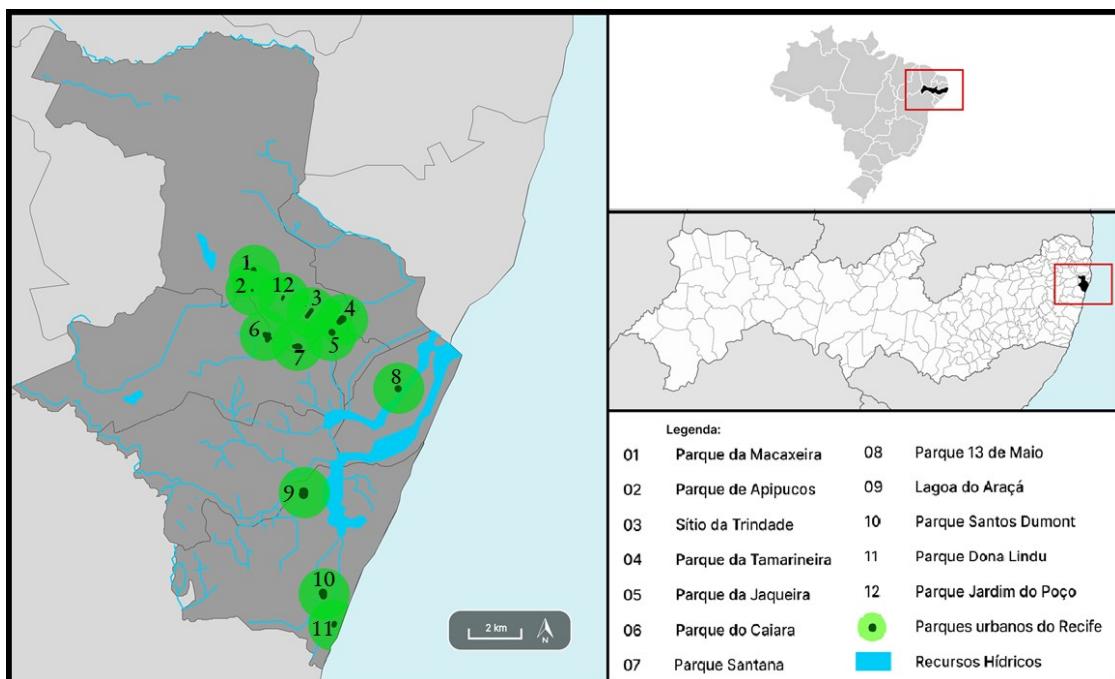
Como última etapa dos procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas crianças com deficiência, objetivando identificar suas percepções relacionadas às condições físico-espaciais do parque, bem como entender como suas vivências individuais impactam diretamente nas práticas de apropriação urbana infantis. Segundo Rheingantz *et al.* (2009), a entrevista semiestruturada em algumas situações é necessária, e até mesmo conveniente, porque os entrevistadores podem elaborar um esquema, um roteiro, ou uma série de perguntas que podem ou não serem aplicadas em ordem sequencial. Destaca-se que o universo amostral desta etapa é distinto daquele das observações comportamentais, visto que o roteiro das entrevistas foi elaborado a partir dos resultados obtidos na etapa anterior. Assim, as entrevistas foram realizadas com outros acompanhantes, selecionados conforme a disponibilidade e participação voluntária no momento de sua aplicação.

É importante ressaltar que os aspectos éticos foram considerados e o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, sob o CAAE de aprovação nº 81244124.8.0000.5208, sendo providenciado, também, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE que foi apresentado a cada entrevistado com os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa.

4 CONTEXTUALIZANDO O PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA

Atualmente, a cidade do Recife possui doze parques urbanos (Recife, 2023). No entanto, existe uma má distribuição espacial pelo território, onde oito parques se concentram na Zona Norte, dentre eles o Parque Santana Ariano Suassuna. Apenas um se localiza na área central, e três na zona sul (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de distribuição dos parques urbanos do Recife.



Fonte: Os autores, 2024.

A distribuição espacial de tais parques reflete uma histórica concentração de investimentos em áreas de maior poder aquisitivo (zona Norte), revelando um processo de exclusão social. Nesse contexto, a localização privilegiada desses espaços em bairros de classe média e alta exclui grande parte da população recifense, deixando os bairros de baixa renda sem opções adequadas de lazer público. Para Barros (2019), a exclusão reforça, assim, um modelo de desenvolvimento urbano que perpetua desigualdades socioeconômicas, onde os parques funcionam mais como elementos de especulação do solo urbano do que como espaços de integração social e lazer inclusivo.

O Parque Santana Ariano Suassuna está localizado no bairro de Santana (Figura 2), cujo perfil socioeconômico é predominantemente de classe média-alta. No entanto, em contraste a esse panorama do

bairro, na margem oposta ao parque está localizada a comunidade da Vila Santa Luzia, composta por barracos e casebres de madeira, consolidando uma ocupação irregular, tornando o Parque Santana um espaço caracterizado pela pluralidade de usos, refletindo as diversas dinâmicas sociais e econômicas dos frequentadores.

Figura 2 – Mapa do Recife com a localização do Parque Santana Ariano Suassuna.



Fonte: ESIG, Prefeitura do Recife, editado pelos autores, 2024.

O Parque Santana foi construído em 1985 com uma extensão de 26 mil m² e se localiza na rua Jorge Gomes de Sá, no bairro Santana, na região Norte da Cidade do Recife, e está situado às margens do Rio Capibaribe, sendo bordeado por uma grande área de manguezal (Figura 3 e 4). Em janeiro de 2015, o Parque passou por uma intervenção que integrou o programa Capibaribe Melhor, promovido pela Prefeitura do Recife em parceria com o Banco Mundial, expandindo sua área para cerca de 60 mil m². Também em 2015, pela Lei Municipal 18.118/2015 (Prefeitura Municipal do Recife, 2015), o parque foi renomeado em homenagem ao dramaturgo, poeta e professor Ariano Suassuna.

Figura 3 – Mapa de geolocalização do Parque Santana evidenciando seu entorno imediato.



Fonte: ESIG, adaptado pelos autores, 2024.



REVISTA

PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente
v.11, n.1, janeiro de 2026

Figura 4 – Algumas áreas do Parque Santana. Da esquerda para à direita, temos: (i) ciclofaixa e pista de cooper; (ii) playground infantil e (iii) pátio central de eventos.



Fonte: Os autores, 2024.

Apesar do parque não estar muito distante de uma das principais avenidas que corta a Zona Norte da cidade do Recife, a Av. 17 de Agosto, o acesso por transporte público é escasso, contanto apenas com uma linha de ônibus, a 411 – Plaza Shopping (Dantas Barreto). No entanto, os ônibus que compõem essa linha são acessíveis por possuírem plataforma elevatória.

É importante destacar que há mais de 20 equipamentos educacionais da rede pública e privada no seu entorno dentro de um raio de 1km, demonstrando a qualificação dos espaços existentes para os momentos de lazer das crianças de diferentes classes sociais (BNDES, 2022). Além disso, o Parque Santana foi o primeiro do Recife a receber um parque infantil totalmente inclusivo, inaugurado em 2017, cujos brinquedos fazem parte do projeto Anna Laura Parque Para Todos, composto por recursos lúdicos que propiciam às crianças com e sem deficiência a possibilidade de compartilharem experiências (Figura 5).

Figura 5 – Equipamentos do playground inclusivo do projeto Anna Laura Parque Para Todos. Da esquerda para à direita, temos: (i) escorregador; (ii) balanço e (iii) abrigo.



Fonte: Os autores, 2024.

5 REVELANDO A PRÁTICA DA INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA

Esta secção apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos, proporcionando uma interpretação e análise detalhadas da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna. Inicialmente, examinou-se a infraestrutura do parque, com base nas informações coletadas por meio das visitas exploratórias e do método *walkthrough*. Em seguida, foi realizada a análise da apropriação do espaço pelas crianças com deficiência, fundamentada nos registros obtidos a partir dos mapas comportamentais. Posteriormente, a partir da análise das entrevistas

semiestruturadas, discutiu-se as percepções dos responsáveis das crianças com deficiência em relação ao ambiente e de que maneira eles influenciam as vivências e experiências dessas crianças no parque.

Percepções Referentes ao Ambiente

As etapas de visitas exploratórias e de *walkthrough* foram realizadas de modo complementar, sendo primordiais para considerar e conduzir um parâmetro inicial sobre as crianças com deficiência utilizadoras do parque, bem como a dinâmica presente neste local, e ainda permitiu distinguir, de forma mais coesa, o que o ambiente apresenta e de que forma é utilizado e percebido pelo seu público.

Um dos pontos iniciais do processo foi identificar a real presença de crianças com deficiência, visto que já se imaginava não ser um local com a presença marcante desses usuários, como apontado previamente na problemática da pesquisa. Durante a realização das cinco primeiras visitas exploratórias, entre dezembro de 2023 e março de 2024, não foi percebida a presença de crianças com deficiência no parque, apenas posteriormente, no processo de sondagem com funcionários do parque – um vendedor de alimentos e um vigia, quando nos foi dito que os sábados e domingos, no período da manhã e tarde, são os momentos mais frequentes da presença desse público. Dessa forma, procederam-se as visitas de campo entre abril e julho de 2024, onde verificou-se a presença de crianças com deficiência, predominantemente aos sábados e domingos, entre as 7h30min e 9h00min e entre as 15h30min e 17h45min, principalmente nos meses de junho/julho, devido as férias escolares.

A presença de crianças por toda extensão do parque é significativa, fazendo uso de todos os equipamentos, como a pista de *cooper*, a área da academia da cidade, os playgrounds, a pista de skate, a ciclovia e as quadras, realizando atividades como: correr, patinar, jogar bola, empinar pipa. No entanto, foi possível observar que as poucas crianças com deficiência não utilizam esses mesmos espaços, ficando restritas apenas a área de *playground* infantil, como se esses outros ambientes fossem proibidos, que não foram projetados para elas. Cabe salientar que, durante esse período inicial em que foram observadas crianças com os mais diversos tipos de deficiência visíveis, houve a predominância de crianças portando o cordão de girassol (identificando pessoas com deficiências ocultas, como surdez, limitações intelectuais, deficiências cognitivas, entre outras) e do cordão de quebra-cabeça (identificando pessoas com transtorno do espectro autista – TEA).

Para além das observações realizadas nas visitas exploratórias, o *walkthrough* permitiu colher informações sobre a situação do parque no que diz respeito à qualidade dos acessos, da pavimentação, dos equipamentos e mobiliários, bem como da presença ou ausência de barreiras, sinalização e acessibilidade e, também, seu potencial atrativo lúdico e recreativo. O *walkthrough* foi realizado após as visitas exploratórias, no mês de agosto de 2024, já em posse das áreas e rotas mais utilizadas pelos responsáveis e crianças com deficiência. O percurso realizado pelo *walkthrough* pode ser conferido na Figura 6.

Figura 6 – Mapa do Parque Santana com destaque para a área percorrida no *Walkthrough*.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Embora o parque possua elementos acessíveis, como rampas e alguns brinquedos adaptados, esses não parecem ser suficientes para garantir a plena participação das crianças com deficiência, ilustrando a distinção entre acessibilidade e usabilidade, destacado por Encarnação e Saridaki (2019), quando um espaço acessível nem sempre é funcional ou inclusivo para todos.

De modo abrangente, os achados levaram a identificar barreiras de origem físico-espaciais e comunicacionais, que podem acarretar em repercussões restritivas para o uso e orientação espacial. De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), acredita-se também que essas barreiras de origem arquitetônica e urbanísticas podem se transformar em barreiras sociais ou psicológicas para crianças com deficiência e seus respectivos responsáveis (por achar que não deve ou não pode acessar determinado espaço), tendo em vista que proporcionam uma distância funcional entre os elementos do espaço e as capacidades para o deslocamento, uso e orientação espacial.

Esses aspectos apresentados também estão ligados diretamente ao quanto o cenário físico se apresenta vivo e integrado as necessidades do sujeito, capaz de produzir uma boa imagem ambiental para o desempenho autônomo, pois além de criar oportunidades de deslocamento, uma boa imagem oferece um sentimento de segurança em relação ao ambiente e de troca com o meio. São nesses ambientes, apreendidos pelo usuário, que ocorrem as construções individuais e coletivas, de sua história e dos seus significados, corroborando quando Lynch (2010, p.05) coloca que “um cenário físico, vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social”.

Percepções Referentes ao Usuário

A partir da análise dos mapas comportamentais, foi possível observar uma série de padrões recorrentes e divergentes que evidenciam o modo como essas crianças se apropriam do parque. Nesta etapa, foram observadas quatro crianças com deficiência (aqui denominadas C01 – 5 anos, com deficiência cognitiva; C02 – 7 anos, com cegueira total; C03 – 11 anos, com TEA; e C04 – 11 anos, com paralisia cerebral) que, de maneira geral, foram acompanhadas por seus responsáveis durante todo o tempo de deslocamento e permanência, o que resultou em uma exploração guiada e supervisionada do parque. É importante destacar que duas crianças estavam acompanhadas de responsáveis do sexo feminino, enquanto as outras duas com responsáveis de ambos os性os, mas nesses casos, apenas a mulher exerce o papel de cuidadora, o que levanta uma questão importante de gênero.

No estudo das relações de gênero, encontramos o papel da mulher majoritariamente associado às atividades de cuidado, encarregadas de si, de crianças, familiares com deficiência, idosos e até homens adultos de sua família. Gesser *et al.* (2022) trazem os modelos de mulher-cuidadora e, em contraste, o do homem-independente, onde o modelo tido como feminino é voltado pra atividades de cuidado e manutenção da vida diária, enquanto o masculino, em uma postura individualista, é voltado para o “mundo das ideias” e “gerenciamento”. Necessariamente, o modelo homem-independente carrega uma série de dependências inevitáveis, supridos pelo da mulher-cuidadora. As autoras apontam que a expectativa social de que o trabalho do cuidado seja realizado predominantemente por mulheres torna-o um trabalho solitário e sem amparo, além de dificultar a politização do cuidado na esfera pública e coletiva. Tal contexto explica a observância da predominância das mães como as principais cuidadoras, influenciando a dinâmica de uso.

Já os percursos realizados pelas crianças e seus responsáveis foram objetivos e sem desvios, sem exploração de outras áreas, refletindo uma abordagem direcionada, possivelmente determinada pela própria infraestrutura do parque. O tempo de permanência médio também foi relativamente curto, cerca de uma hora, sugerindo também uma experiência restrita, o que parece estar relacionado às limitações das crianças e à infraestrutura disponibilizada, que não favorece uma permanência mais longa. Essas observações corroboram com os estudos de Prellwitz e Skär (2016), indicando que as barreiras físicas no ambiente afetam diretamente a participação social de crianças com deficiência, que acabam por depender da assistência constante de adultos, reduzindo assim seu senso de autonomia.

No que diz respeito à segurança no Parque Santana, a supervisão constante observada por parte dos responsáveis pode ser um indicativo de insegurança em relação à estrutura e ao ambiente proporcionado pelo local. Embora o parque apresente características inclusivas em certos aspectos, ainda não oferece as condições necessárias para que as crianças brinquem de maneira autônoma e segura. Como discutido por Moore *et al.* (2022), a presença de elementos que assegurem a integridade das crianças influencia diretamente a disposição dos pais em frequentar e permanecer nos espaços de recreação. Dessa forma, a falta de confiança na segurança do ambiente impacta negativamente o exercício pleno do direito de brincar dessas crianças, uma vez que o cumprimento desse direito está intrinsecamente relacionado à percepção de segurança em tais ambientes, conforme destacado por Mepham (2010).

É importante destacar que a observação do uso do parque pelas crianças foi realizada em horários com menor fluxo de público, geralmente entre 9h e 15h, o que sugere uma preferência por ambientes mais tranquilos e com menor presença de outras crianças. Essa escolha possivelmente reflete o desejo dos responsáveis por um ambiente menos tumultuado (Figura 7). Esses comportamentos dos responsáveis podem estar relacionados tanto a preocupações com a segurança quanto a uma percepção de que a interação social poderia expor as limitações das crianças.

Figura 7 – Dinâmica do brincar no Parque Santana. Da esquerda para à direita, temos: (i) C01 observando outras crianças brincarem; (ii) C02 na companhia da responsável devido ao fluxo maior de outras crianças e (iii) C03 brincando sozinha sob a supervisão próxima da responsável em horário de baixo fluxo.



Fonte: Os Autores, 2024.

Já a Figura 8 apresenta um registro síntese em mapa contendo os locais onde as crianças com deficiência se fizeram presentes, em contraste com todas as outras áreas potenciais do brincar e que não fizeram parte do roteiro dos responsáveis. Foi possível identificar que a área utilizada pelas crianças com deficiência corresponde a apenas 26,36% da área total do parque, enquanto os 73,64% restantes permanecem não frequentadas. Esse dado evidencia a limitada exploração do espaço disponível, restringindo significativamente toda a potencialidade que o parque oferece para o brincar das crianças.

Figura 8 – Mapa esquemático mostrando o contraste das áreas de uso e de não uso pelas crianças com deficiência observadas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

De modo geral, foi evidenciada uma preferência clara por parte dos responsáveis em determinar onde as crianças com deficiência deveriam brincar, limitando significativamente sua liberdade para explorarem

outras áreas além da área do *playground* infantil. Essa limitação reforça a percepção de que a apropriação do espaço público dessas crianças resulta em uma experiência lúdica empobrecida. Tal constatação entra em consonância com os estudos de Ferland (2006) que indicam que crianças com deficiência física compartilham elementos fundamentais do comportamento lúdico, como curiosidade, prazer e iniciativa, demonstrando interesse por diversas formas de brincadeiras. Entretanto, as barreiras ambientais restringem a manifestação plena desses comportamentos, comprometendo a exploração e o engajamento espontâneo.

O Papel dos Adultos Responsáveis na Apropriação Infantil

De modo geral, a realização das entrevistas semiestruturadas – seis ao todo – possibilitou um olhar aprofundado sobre as experiências dos responsáveis pelas crianças com deficiência no Parque Santana, evidenciando suas percepções e desafios enfrentados. Ao promover um diálogo aberto e detalhado, os relatos coletados foram essenciais para compreender tanto as experiências subjetivas da vivência desses usuários quanto as necessidades específicas das crianças e quem as acompanham. Com isso, as respostas permitiram traçar um panorama mais amplo sobre as dinâmicas de apropriação das crianças com deficiência, além dos desafios estruturais e a relação dos usuários com outros espaços públicos do Recife.

Como observado anteriormente na aplicação do mapeamento comportamental, a maioria dos responsáveis pelas crianças com deficiência serem do sexo feminino se manteve, correspondendo a cinco entrevistadas. Esse padrão reitera o papel historicamente atribuído às mulheres nos cuidados infantis, inclusive no contexto de atividades em espaços públicos. A faixa etária desses responsáveis variou entre 23 e 53 anos, o que influencia diretamente suas percepções e experiências em relação ao uso do espaço público, considerando aspectos como as condições geracionais e a disposição física para acompanhar as crianças nas atividades de lazer.

Outro fator relevante observado foi a diversidade nos níveis de escolaridade dos entrevistados, que variaram desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo. Tal heterogeneidade impacta na forma como esses indivíduos analisam criticamente os espaços públicos e suas condições. Conforme discutido nos estudos de Silva (2009), pessoas com maior nível de escolaridade e, consequentemente, maior renda, tendem a demonstrar maior insatisfação em relação à qualidade dos espaços públicos. Em contrapartida, indivíduos com menor renda usualmente apresentam uma percepção mais positiva desses ambientes, o que pode refletir expectativas distintas quanto à infraestrutura e aos serviços oferecidos.

No que diz respeito às crianças com deficiência observadas, não se verificou uma disparidade significativa entre os gêneros. As idades variaram entre cinco e doze anos, sendo que metade delas se encontrava na faixa etária correspondente à primeira infância, que vai do zero aos seis anos de idade. Este dado é especialmente relevante, pois indica a presença de diferentes estágios do desenvolvimento infantil, exigindo, portanto, uma maior diversidade na oferta de estruturas recreativas. Enquanto as crianças mais novas demandam espaços lúdicos mais simples e seguros, aquelas em idade mais avançada necessitam de equipamentos que estimulem habilidades motoras mais complexas e promovam interações sociais mais elaboradas.

Quanto ao tipo de deficiência, a maioria das crianças acompanhadas apresentava deficiência intelectual, com destaque para o Transtorno do Espectro Autista - TEA, sendo quatro casos observados. As demais crianças possuíam deficiência física ou múltipla. A predominância de crianças com TEA pode estar associada ao aumento significativo dos diagnósticos e à maior visibilidade social dessa condição nos últimos anos, o que tem contribuído para a ampliação do debate sobre a necessidade de ambientes mais inclusivos e sensíveis às especificidades desse público.

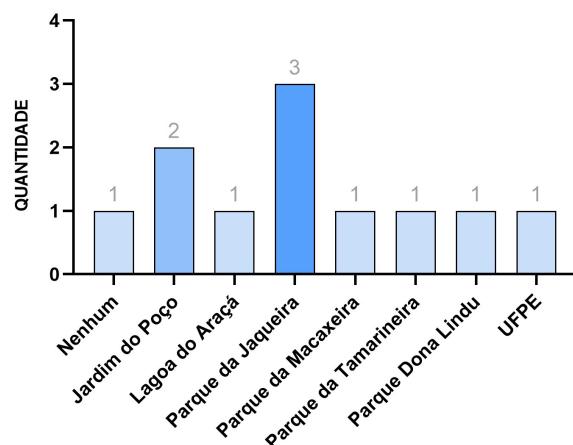
A análise dos horários de frequência no Parque Santana confirma a preferência dos responsáveis por momentos de menor movimentação, já observadas através dos mapas comportamentais, evitando períodos de grande fluxo de pessoas. A opção por frequentar o parque durante a semana, no período da manhã (entre 6h e 7h) e no período da tarde (16h às 17h) ou nas manhãs de sábado e domingo (7h às 11h) e nos períodos do início da tarde (14h às 15h), são justificadas por alegações de preocupação com o bem-estar da criança, especialmente as com TEA, que podem se sentir desconfortáveis em ambientes movimentados.

Ao serem questionadas sobre o tempo de permanência no parque, a maioria dos entrevistados informou que suas visitas são breves, com duração entre trinta minutos a uma hora. Esse padrão sugere que o parque é utilizado de forma pontual, especialmente para atividades como o uso do *playground*, sem incentivos para uma permanência mais prolongada. Embora essa estratégia contribua para reduzir o estresse da criança e facilitar sua supervisão, ela também limita suas oportunidades de socialização

espontânea. Segundo Luz e Kuhnen (2013), ao frequentar o parque em momentos de menor fluxo, as crianças interagem menos com outras, restringindo sua participação em atividades coletivas e prejudicando a construção de vínculos sociais.

Também foi comum a todos, para além do Parque Santana, a busca por parques urbanos alternativos como outras opções de lazer, cujas escolhas foram frequentemente relacionadas à percepção de melhor infraestrutura, à proximidade ou a características específicas, como menor movimentação em horários específicos e mobiliários mais conservados (Gráfico 1). O Parque da Jaqueira foi citado por metade dos cuidadores, sendo reconhecido pela qualidade das instalações e acessibilidade, evidenciando a relevância da manutenção e adequação dos espaços urbanos às necessidades inclusivas.

Gráfico 1 – Outros espaços públicos da Cidade do Recife que os responsáveis frequentam com as crianças com deficiência.



Fonte: Os autores, 2025.

A percepção da segurança em relação ao parque indicou que ela vai além da presença ou não, de vigilantes, sendo também uma questão de infraestrutura. A existência de áreas de risco e equipamentos danificados evidencia a necessidade de melhorias estruturais para garantir a proteção completa do espaço (Figura 7). A percepção de que o espaço não é totalmente seguro pode levar à redução da frequência de visitantes, conforme sugerido por entrevistados que demonstraram preferência por outros parques com melhores condições estruturais. Logo, esse cenário reforça a importância da manutenção contínua como um fator essencial para a segurança, valorização e uso do Parque Santana.

Figura 9 – Áreas de risco e equipamentos danificados no parque. Da esquerda para à direita, temos: (i) rede de escoamento pluvial sem proteção no meio do percurso, obrigando o desvio; (ii) entrada inacessível do sanitário masculino e (iii) sinalização tátil danificada.



Fonte: Os Autores, 2024.

Também se constatou que o *playground* é a área mais utilizada por todos os entrevistados, o que se justifica por sua função essencial no desenvolvimento infantil, de acordo com Dornelles (2001). Além disso, a proximidade com a entrada principal e a visibilidade desse espaço foram citadas como fatores que

aumentam a sensação de segurança e conforto para os cuidadores. A concentração do uso no *playground* reforça sua relevância, mas também indica uma limitação no restante do parque, restringindo a experiência das crianças a um único tipo de atividade. A escolha do *playground* infantil como principal espaço frequentado (e, muitas vezes, único), se baseia em três aspectos principais: a sensação de segurança, a previsibilidade do ambiente e a funcionalidade dos equipamentos para o brincar. O *playground* é percebido como um espaço delimitado e de fácil monitoramento, permitindo que os responsáveis acompanhem de perto as crianças sem a preocupação de deslocamentos imprevisíveis ou riscos não controlados. Além disso, há uma expectativa de que esse seja o local mais adequado para o lazer infantil, reforçada pelo fato desses espaços serem projetados especificamente para o brincar.

No entanto, essa centralização compromete a experiência de apropriação das crianças, restringindo sua interação com outros elementos naturais e limitando sua experimentação de diferentes formas de movimento e exploração do espaço. Outros equipamentos disponíveis no parque que poderiam proporcionar desafios motores, descobertas sensoriais e novas interações sociais, acabam subutilizados. O contato com diferentes grupos sociais, faixas etárias e dinâmicas de lazer poderia contribuir para o desenvolvimento infantil de maneira mais ampla, mas ao permanecerem apenas no *playground*, as crianças com deficiência acabam interagindo majoritariamente com seus cuidadores e, ocasionalmente, com outras crianças que frequentam esse espaço.

Outro fator relevante destacado nas respostas é a percepção de que o próprio parque não promoveativamente a inclusão de crianças com deficiência. A ausência de atividades guiadas ou de espaços projetados para estimular interações sociais reforça a ideia de que a inclusão não ocorre de maneira espontânea, mas demanda planejamento e incentivos específicos. Isso indica que o Parque Santana ainda não é percebido como um espaço que incentiva a presença e a interação de crianças com deficiência. Conforme apontado por Prellwitz e Skär (2007), o ambiente lúdico é percebido pelas crianças como um espaço essencial para a construção de interações sociais significativas, especialmente em locais que possibilitam conversas privadas e maior autonomia, como balanços, bancos ou estruturas elevadas, sendo essa experiência frequentemente valorizada, mas no caso das crianças com deficiência, ela é descrita mais como um desejo ou um evento raro, embora altamente significativo. Contudo, é importante considerar que quatro das crianças observadas apresentavam TEA, condição que pode envolver dificuldades de socialização e interação em ambientes públicos. Assim, parte das limitações observadas nessa socialização espontânea pode estar associada a características próprias do TEA, o que reforça a necessidade de pensar estratégias inclusivas que considerem diferentes perfis de deficiência, especialmente as de natureza cognitiva e comportamental.

Através da análise das entrevistas, ficou evidente que a apropriação dos espaços públicos por crianças com deficiência não ocorre de maneira isolada, mas sim em um contexto mediado pela presença e pelas decisões de seus responsáveis. Diferentemente de crianças sem deficiência, que muitas vezes possuem maior liberdade para explorar parques e áreas urbanas, aquelas com deficiência dependem diretamente da percepção dos adultos sobre acessibilidade, segurança e conforto, cuja observação corrobora com os estudos de Prellwitz e Skär (2007), em pesquisa que comparou a apropriação de crianças com e sem deficiência no uso de um parque infantil.

No entanto, a pesquisa realizada demonstrou que seus responsáveis adotam estratégias específicas para minimizar riscos e proporcionar experiências positivas às crianças. Os relatos evidenciaram que a frequência e permanência no parque, a seleção das áreas exploradas e a interação social das crianças são determinadas, em grande parte, pelas experiências passadas dos responsáveis e, por isso, desenvolvem estratégias para evitar situações percebidas como problemáticas. Segundo Rodger e Ziviani (1999), a vivência de desafios, decepções e fracassos é uma experiência humana comum que pode ser explorada em um ambiente lúdico de suporte, porém, muitas vezes, crianças com deficiência são superprotegidas por pais e responsáveis bem-intencionados, o que pode limitar sua autonomia e oportunidades de aprendizado por meio do brincar. Essas decisões, embora compreensíveis do ponto de vista da proteção e do cuidado, além de restringir o contato das crianças com elementos variados do parque e a sua participação social, afetam sua autonomia no ambiente urbano.

Essa dinâmica contribui para a segregação implícita das crianças com deficiência, reforçando um uso segmentado do parque e uma limitação do brincar, portanto esse cenário evidencia a importância do papel do adulto nesse contexto, pois sua postura pode tanto favorecer quanto restringir a autonomia infantil. Encarnação *et al.* (2018) ressalta que o brincar deve ser liderado e motivado intrinsecamente pela criança, orientado pelo processo e não pelo resultado, exigindo do adulto uma atuação cuidadosa para evitar o

controle excessivo da atividade, seja por superproteção, prioridades educacionais ou reabilitadoras, desconforto ou subestimação das capacidades infantis.

Essa apropriação restrita e pouco dinâmica do parque evidencia como a percepção dos responsáveis condiciona a forma como as crianças vivenciam o ambiente urbano, limitando suas oportunidades de interação e experimentação lúdica.

Diante desse cenário, fica evidente que a inclusão infantil nos parques urbanos não depende apenas da acessibilidade física dos espaços, mas também da construção de um ambiente que transmite confiança aos seus responsáveis. Como argumenta Silva (2009), a atratividade e a satisfação com o espaço público estão diretamente relacionadas ao grau de atendimento das necessidades dos usuários. Isso significa que, mesmo que um espaço seja qualificado em termos físicos, formais e funcionais, sua percepção como atrativo e satisfatório pode variar entre os indivíduos, uma vez que essa avaliação também depende das características e necessidades específicas de cada pessoa. Logo, para que as crianças possam explorar o parque com uma maior frequência e de forma mais autônoma e diversificada, é fundamental que os responsáveis sintam segurança e conforto para permitir essa liberdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se analisar a apropriação do Parque Santana por crianças com deficiência, compreendendo como sua infraestrutura e organização espacial influenciam as práticas infantis, considerando tanto as barreiras quanto as potencialidades que afetam a experiência de uso de cada indivíduo. A pesquisa foi desenvolvida a partir da premissa de que a relação entre o ambiente e seus usuários é um processo dinâmico e interdependente, no qual a acessibilidade, a distribuição dos equipamentos e a percepção dos responsáveis que acompanham as crianças com deficiência, desempenham um papel central na forma como elas exploram e interagem com o parque. A abordagem da acessibilidade e da apropriação espacial serviu como fio condutor para compreender como os elementos físicos e sociais do parque condicionam a participação infantil no espaço público.

Adotar a perspectiva de observar a experiência da criança no espaço urbano como paradigma para pensar o planejamento das cidades, perpassa pela necessidade de reconstruir a concepção de infância e sua relação com as demais categorias sociais, como gênero, classe e idade. Não se trata apenas de produzir espaços adequados à infância, mas de compreender o potencial que o ponto de vista e as práticas das crianças têm em revelar dimensões ocultas da vivência urbana, nesse texto focalizando-se em especial aquelas com alguma deficiência.

Ademais, ouvir as pessoas que acompanham as crianças foi essencial para captar as motivações que intensificam a restrição da autonomia infantil, evidenciando demandas que poderiam ser incorporadas ao planejamento urbano e à gestão do parque. Nesse sentido, a presença do adulto enquanto mediador do apropriar, emerge como um componente essencial do que podemos entender como um ambiente facilitador. A infraestrutura, além de acolher a criança, também deve facilitar as ações de quem está ali para cuidar, garantindo um ambiente estimulante e que passe segurança para ambos. A própria ideia desse ambiente facilitador no desenvolvimento infantil demanda uma análise que leve em consideração a perspectiva dos cuidadores responsáveis, que frequentemente adaptam seus trajetos e práticas em função das necessidades das crianças, o que nos provoca uma reflexão sobre a importância de, além das próprias crianças com deficiência, também ouvir esses sujeitos, na condição de cuidadores, como protagonistas na formulação de diretrizes para o planejamento urbano.

A identificação das dificuldades e necessidades do público infantil, aliada a um arcabouço teórico que explora essa inter-relação dinâmica, reforça a urgência de considerar a perspectiva dos usuários no planejamento e na reestruturação desses espaços. Foi possível observar que a produção de dados que desconsidera a perspectiva da criança pode levar à concepção de espaços infantis encerrados em si mesmos, como *playgrounds* isolados no Parque Santana, que, embora importantes, não são suficientes para garantir a inclusão efetiva. Para além do brincar, considerado vital para o desenvolvimento infantil, a criança necessita de espaços que permitam liberdade de movimento e variadas possibilidades de interação, promovendo um sentimento de pertencimento ao território urbano – algo que não foi plenamente observado durante a aplicação dos procedimentos metodológicos.

Logo, a análise do Parque Santana, ao enfatizar o papel do brincar como elemento vital e não secundário, reforça a importância dos espaços livres e de lazer como infraestrutura indispensável à urbanidade. O sentimento de pertencimento e apropriação, considerado uma das preocupações mais prementes do

pensamento arquitetônico contemporâneo, pode ser significativamente ampliado ao incorporar a experiência da criança como eixo central do planejamento urbano.

É importante que o brincar seja entendido como um direito universal e inalienável, que transcende a mera atividade lúdica para se consolidar como um instrumento poderoso de inclusão social e desenvolvimento integral. A materialização desse direito exige não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também uma transformação cultural que reconheça o valor da diversidade e incentive atitudes inclusivas. Para que o brincar seja, de fato, para todos, é fundamental conceber espaços que sejam acessíveis, estimulantes e acolhedores, onde cada criança, independentemente de suas habilidades, possa experienciar a cidade de forma plena, desenvolver sua autonomia e, sobretudo, sentir-se pertencente. Assim, a inclusão efetiva passa pela compreensão de que brincar não é apenas ocupar um espaço, mas apropriar-se dele de maneira significativa, ampliando horizontes e fortalecendo a cidadania desde a infância.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, sob o processo de nº IBPG-1863-6.05-22.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, C. E. Learned Helplessness: Seligman's theory and depression cure. **PositivePsychology.com**, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://positivepsychology.com/learned-helplessness-seligman-theory-depression-cure/>. Acesso em: 21 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 148 p., 2020.
- BAIRD, G.; GRAY, J.; ISAACS, N.; KERNOHAN, D.; MCINDOE, G. **Building Evaluation Techniques**. New York: McGraw Hill, 1995.
- BARROS, J. L. **Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público**: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BITTENCOURT, M. C. **Estudos de percursos acessíveis aos portadores de necessidades especiais em espaços abertos de Maringá**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.
- BNDES. **Parque Santana Ariano Suassuna**: anexo A – caracterização do parque, entorno e área de concessão. Recife: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 71, 2022.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia**. Univ. Cidade, São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988
- BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 no que concerne à prioridade de atendimento e acessibilidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2004
- BRASIL. **Decreto nº 9.296**, de 1º de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no que diz respeito à observância da NBR 9050. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 mar. 2018
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Newwork, 1993.
- CASTELLO, L. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em Arquitetura-Urbanismo. Porto Alegre: PROPAR – UFRGS, 2007.
- CHAGAS, M. E. **Mobilidade e autonomia na infância**: um estudo sociológico a partir das experiências das crianças no itinerário Casa-Núcleo de Educação Infantil-Casa. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Infância, Instituto de Educação, Universidade do Minho. Braga, 2014.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n.3, p. 118, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p118>. Acesso em: 15 out. 2023.

DORNELLES, L. V. Na Escola Infantil todo Mundo Brinca se Você Brinca. In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

ENCARNAÇÃO, P.; SARIDAKI, M. LUDI, Play for children with disabilities. Users' Needs Report on Play for Children with Disabilities. **Sciendo**, 2019, p. 6-14. <https://doi.org/10.1515/9783110537482-002>. Acesso em: 15 out. 2023.

ENCARNAÇÃO, P.; RAY-KAESER, S.; BIANQUIN N. **Guidelines for supporting children with disabilities' play**. Ludi Cost Action, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110613445>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERLAND, F. **O Modelo lúdico**: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional. 3.ed. São Paulo: Roca, 2006.

FERNANDES, L. **Acessibilidade em praças e parques**: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas-RS. Pelotas: UFPEL, 2017.

GIFFORD. R. **Environmental psychology**: principles and practice. 4. ed. Colville: Optimal Books, 2007.

GÜNTHER, H.; ELALI, G.; PINHEIRO, J. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, p. 239-249, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2022**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 15 out. 2023.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. Pini, 1993.

LIMA, J. J. M.; FURTADO, R. P.; ANACHE, A. A. (2025). Estudos sobre os instrumentos diagnósticos do transtorno do espectro autista. **Revista Psicologia E Saúde**, v. 17, e. 17183013, 2025. <https://doi.org/10.20435/pssa.v1i1.3013>

LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

LUZ, G. M.; KUHNEN, A. **O uso dos espaços urbanos pelas crianças**: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 26(3), p. 552-560, 2013. DOI: 10.1590/S0102-79722013000300015

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, p. 267, 2010.

MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero**: começando pelas creches. 2^a.ed. Araraquara: Junqueira&Marin. Eds., v.1, 2013.

MEPHAM, S. **Disabled children**: the right to feel safe. **Child Care in Practice**, v. 16, n. 1, p. 19–34, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 2001.

MOORE, A.; LYNCH, H.; BOYLE, B. **Can universal design support outdoor play, social participation, and inclusion in public playgrounds?** A scoping review. **Disability and Rehabilitation**, v. 44, n. 13, p. 3304–3325, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Genebra: ONU, 1989

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Genebra: ONU, 1959

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Nova Agenda Urbana**. ONU, 2017. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

PLAISANCE, E. **Denominações da infância**: do anormal ao deficiente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 405-417, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei Municipal nº 18.118**, de 12 de janeiro de 2015. Denomina de Parque Santana Ariano Suassuna o empreendimento de lazer, cultura e esportes, construído no bairro de Santana, Zona Norte do município do Recife/PE. Recife, Prefeitura Municipal, 12 jan. 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei Municipal nº 18.824**, de 30 de agosto de 2021. Regime de concessões e permissões de serviços públicos municipais, com disposições aplicáveis a parques e praças. Recife, Prefeitura Municipal, 30 ago. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE (Página na web). **Prefeitura do Recife inicia construção do maior parque público da cidade**. Recife, 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/20/09/2023/prefeitura-do-recife-inicia-construcao-do-maior-parque-publico-da-cidade>. Acesso em: 2 nov. 2023.

PRELLWITZ, M.; SKÄR, L. Usability of playgrounds for children with different abilities. **Occupational Therapy International**, v. 14, n. 3, p. 144–155, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/oti.230>. Acesso em: 2 nov. 2023.

PRELLWITZ, M.; SKÄR, L. Are playgrounds a case of occupational injustice? Experiences of parents of children with disabilities. **Children, Youth and Environments**, v. 26, n. 2, p. 28–42, 2016.

QUEIRÓZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: Lang, A.B.S.G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 13-29, 1992.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, p. 42-65, 2009.

RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Terapia ocupacional baseada em brincadeiras**. Jornal Internacional de Deficiência, Desenvolvimento e Educação, v. 46, p. 337–365, 1999.

ROMERO, M. A.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.). **Avaliação Pós-Ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC) – Coleção Habitare, 2003.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: PCR/UFPE. 2000.

SANOFF, H. **Creating Environments for Young Children**. Mansfield: BookMasters, Inc., 1995.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da Infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 361-378, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. M. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 250, 2009.

SOLTANI, S. K.; ABBAS, M.; AWANG, M. **Disabled children in public playgrounds**: a pilot study. Asian Journal of Environment-Behaviour Studies, 2018.

SOMMER, B.; SOMMER, R. **A Practical Guide to Behavioral Research**. Tools and Techniques. 4 ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre. Ed. Artmed. p. 456, 1999.

TATE, A; EATON, M. **Great City Parks**. 2^a Edição. Ed. New York: Routledge, 2015.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1979.

VICTOR, S. L.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; RANGEL, F. A.; RAYMUNDO, D. N. A produção de conhecimento sobre a infância da criança com deficiência pela via dos textos legais, históricos e acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa em Educação** PPGE-UFES, 2012, v. 18, p. 133-152.

YGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.